A questão indígena

Mario Cesar Flores

Volta e meia reemerge a velha questão indígena, pintada com as cores da utopia, da ignorância ou da má-fé interesseira, por vezes usando tinta estrangeira de qualidade duvidosa. E, em geral, reemerge como se fosse possível avaliar e tratar pelos mesmos critérios os índios não aculturados que vivem isolados nas florestas e os que usam calças jeans e relógios de pulso, exercem atividade econômica legal ou ilegal e são assistidos pelo Estado. O que não os inibe de usar cocar e empunhar arco e flecha, ridículos em suas cabeças e mãos, nas cenas para tevê, forma pela qual costumam teatralizar demandas de autenticidade questionável, benesses inviáveis para os pobres rurais não-índios.

A menção à autenticidade questionável tem sua razão de ser. No Brasil e no mundo, entidades religiosas e seculares, públicas e de direito privado, ditas defensoras de minorias, avocam a interpretação dos anseios dos índios, que costumam confundir com os seus anseios sobre os índios, bem-intencionados ou nem tanto; eventualmente com o apoio de índios que “adotam” os reclamos elaborados por tais entidades. Há poucos anos o

autor deste artigo questionou um comandante militar no Alto Rio Negro sobre o problema dos índios naquela área. Resposta: aqui não existe problema, isto é coisa de Rio, São Paulo e Brasília, aqui o índio quer é o nosso apoio e ver tevê no quartel... Esta resposta, que poderia ter incluído as capitais do “Primeiro Mundo”, reflete as deformações a que estão sujeitos a questão indígena e os interesses dos índios, reais ou “interpreta-

Volta e meia ressurgem a velha questão indígena, pintada com as cores da utopia, da ignorância ou da má-fé interesseira

dos”. As deformações chegam a beirar a psicose, como elucida uma observação de cientista político europeu proferida há alguns anos numa reunião em São Paulo: eu reúno mil pessoas numa cidade europeia pela causa de 10 índios, mas não reúno 10 pela causa de 1 milhão de caboclos – os atuais verdadeiros habitantes das florestas!

Discute-se em vários foros a demarcação de reservas por critérios abrangentes e utópicos que,

evitados os exageros, seriam até razoáveis para os índios ainda não aculturados. Não há, porém, sentido em aplicar esses mesmos critérios às comunidades aculturadas, mais necessitadas de apoio para se inserirem na vida normal da região do que de direitos tão fantasiosos quanto inúteis. Discute-se a exploração dos recursos das reservas, o apoio à saúde e por aí vai. Entretanto, o receio da crítica nos leva a passar ao largo do básico da

questão, bem posto em artigo de cerca de seis anos atrás do professor Hélio Jaguaribe: o fim da questão indígena – e não dos índios, como afirmaram alguns ter sido a idéia do professor – virá com a assimilação, inevitável; continuarão a existir costumes e crenças indígenas, haja vista o que ocorre com nossos descendentes de africanos, mas eles serão complementares na vida aculturada desses brasileiros de etnia índia.

Esta tendência não pode ser irresponsavelmente acelerada, não pode violentar a verdadeira (não a “interpretada”) vontade dos índios, mas convém proporcionar-lhes o que a sociedade e o Estado podem oferecer, com cuidado para não destruir valores culturais que não prejudicam o rumo básico – o da assimilação.

No curto prazo, são inimigos dos índios os garimpeiros, madeireiros e fazendeiros que praticam e transmitem hábitos predadores do ambiente, da saúde e da moral, mas os inimigos no longo prazo são os que insistem em preservar um estado de coisas impreservável. Portanto, certa estará a política que estimule a assimilação cautelosa e controlada para que os índios não se transformem em indígenas rurais, como tem acontecido. E estará errada a política de resistência à evolução, alimentada por interesses nem sempre defensáveis e pelo mea-culpa por um passado no qual as virtudes humanísticas hoje propaladas não foram praticadas.

Mario Cesar Flores
é almirante-de-esquadra da Reserva

COISS.

DATA 15/5/99 Pg 24

93

TT

COISS. 1503